

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

É fundamental a construção da variante à EN14 face aos seus elevados níveis de tráfego, muito particularmente nos territórios abrangidos pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Maia, sendo este o principal eixo exportador do país.

Esta intervenção estrutural tem-se arrastado no tempo, condicionando as perspetivas económicas do território e influenciando negativamente a qualidade de vida das populações, para além dos riscos inerentes aos elevados índices de circulação.

Com o país a atravessar uma gravíssima crise, sem financiamento externo ajustado a este tipo de investimentos e com os cofres públicos exauridos, o anterior Governo do PSD/CDS-PP, encontrou uma solução infraestrutural diferente da inicial, concertada com os autarcas, menos custosa para o erário público, mas igualmente eficiente. Fruto da solução técnica e financeira que lhe estava associada, a obra foi faseada na sua execução.

Em 2015, o então governo do PSD/CDS-PP, assinou o contrato para o desenvolvimento do Projeto de Execução da Variante à EN 14, entre o Interface Rodoferroviário da Trofa e Santana, incluindo a nova ponte sobre o rio Ave, e lançou o concurso do primeiro troço da Variante entre o nó do Jumbo e a Trofa. Contudo, com a tomada de posse do novo governo socialista, a obra foi primeiro congelada e depois sucessivamente atrasada pelos mais variados e até falsos argumentos.

O governo começou por dizer que não existiam projetos feitos, depois que a obra não estava cabimentada, para mais tarde afirmar que era preciso reavaliar o projeto. Depois dizia ser imperioso que obra se fizesse de forma integral, mas logo de seguida regressou à sua execução faseada, como inicialmente previsto. Num dia a obra avançava a norte, mais tarde a sul, para voltar a começar a norte.

Em maio de 2018, com o decisivo apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, as obras da duplicação da EN 14 entre a rotunda-sul da Variante Nascente à cidade até à nova

rotunda no lugar de Santana, em Ribeirão, lá acabaram por arrancar.

Nessa altura logo se colocou a questão de saber quando avançariam as outras fases da intervenção estrutural projetada e, muito concretamente, a nova travessia sobre o rio Ave integrada na denominada fase “Variante à EN 14, entre o Interface Rodoferroviário da Trofa e Santana, com a extensão de 3 km”, cujo procedimento para a elaboração do Projeto de Execução fora, ademais, publicado em Diário da República a 9 de abril de 2015, ou seja, durante o último governo do PSD-CDS/PP.

O governo respondeu que esta fase avançaria assim que obtida a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) no âmbito do projeto para o atravessamento do rio Ave.

Durante muito tempo o governo foi sugerindo que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) havido sido submetido pela Infraestruturas de Portugal S. A. à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Em outubro de 2018, numa visita às obras em curso na EN14, o então ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, afirmou, perentoriamente, que estava a aguardar a aprovação da APA e que a sua expectativa era que aquela ocorresse antes do final do ano. No entanto, tal não corresponderia à realidade e o pedido de AIA só seria apresentado no ano seguinte. O governo levava exatamente 1140 dias (3 anos, 1 mês, e 12 dias) sobre a sua tomada de posse até que finalmente o processo avançara, com o Estudo de Impacto Ambiental a ser finalmente submetido à APA. Esta seria uma condição essencial para que o processo pudesse avançar.

A Consulta Pública decorreu entre 18 de setembro e 29 de outubro de 2019, tendo a decisão sido favorável condicionada, expressa na Declaração de Impacte Ambiental, emitida a 28 de fevereiro de 2020. Passado um ano sobre esta fase importa avaliar o estado do processo, nomeadamente no que diz respeito à apresentação dos dados e informações necessários à verificação do cumprimento das exigências da decisão que, ademais, se revelam as habituais e correntes neste tipo de intervenções.

O governo tem estado praticamente em silêncio sobre o assunto e mais de um ano depois daquele Título já devia ter “prestado contas” às populações sobre o trabalho que desenvolveu desde então. Ou será que nada fez?

**Termos em que, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais em vigor os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD abaixo identificados, solicitam ao Governo que, na pessoa do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, ofereça resposta às seguintes questões:**

1. Considerando os elementos a apresentar em sede de RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução) qual o estado de concretização e calendarização dos seguintes pontos:

1.1. Geológico e Geotécnico que procede à investigação geotécnica com recurso a prospeções geológicas para desenvolvimento e consolidação das soluções de estabilidade de taludes a adotar.

1.2. Estudo de avaliação dos impactes resultantes do efeito barreira à livre circulação das águas em ocasiões de cheia, com período de retorno de 100 anos pela execução em aterro do troço inicial do traçado (entre o Km 0+000 e o Km 0+120).

1.3. Estudo que demonstre que a execução de aterro no encontro da Ponte sobre o rio Ave (na

sua margem esquerda), não afeta significativamente o escoamento /espraiamento dos caudais.

1.4. Estudo de Ruído com a previsão dos níveis sonoros, avaliação de impactes mais detalhada e apresentação de medidas de minimização concretas para a fase de obra.

1.5. Trabalhos de cartografia com a delimitação das áreas de maior riqueza específica a salvaguardas, instalação dos estaleiros e pontos para descarga das águas de drenagem da obra

1.6. Plano de recuperação das galerias ripícolas.

1.7. Plano de restabelecimento de todos os acessos.

1.8. Estudo de alternativas de utilização de infraestruturas afetadas com a execução da obra.

1.9. Pareceres das tutelas das servidões afetadas, a saber, Recursos Hídricos, Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Rede Rodoviária Municipal e Redes de Infraestruturas presentes e da DRAP-N.

1.10. Estudos das soluções arquitetónicas para a Ponte do rio Ave.

1.11. Elaboração do Projeto de Engenharia Biofísica de Recuperação dos Troços das Linhas de Água Afetadas e Propostas a Beneficiar.

1.12. Elaboração do Plano de Gestão das Espécies Exóticas Invasoras para a Fase da Construção e de Exploração.

1.13. Trabalhos de caracterização e avaliação do Património Cultural em Meio Aquático, Encharcado, Húmido, Zonas de Interface com o Meio Terrestre.

2. Qual a previsão temporal global / cronograma das várias fases do processo até à futura conclusão das obras?

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2021

Deputado(a)s

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)